



TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM COSTEIRA DE PONTA NEGRA, NATAL/RN, DE 1970 A 2010

Ana Beatriz Câmara Maciel

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Zuleide Maria Carvalho Lima

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Marcelo Dos Santos Chaves

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo

O processo de urbanização das cidades brasileiras vem enfrentando, desde as últimas décadas do século XX, vários problemas socioambientais. Este processo vem ocorrendo de forma acelerada, desordenada e não planejada. Claro que existem cidades que foram planejadas, no entanto, esse planejamento não foi colocado inteiramente em prática e, isso acabou gerando uma série de problemas nos centros urbanos do território brasileiro. Um bom exemplo disso é a cidade do Natal, que possui planos diretores desde o início do século passado, baseado em modelos europeus e, atualmente vigora o plano diretor de 1994. Constatamos que um dos problemas existentes em diversas cidades litorâneas do país é a mudança na paisagem costeira, que tem causado sérios danos à população dessas localidades. Então, esta pesquisa teve como objetivo principal estudar a paisagem costeira da praia de Ponta Negra, Natal/RN, verificando os efeitos causados pelas ações antrópicas e naturais, e como isto reflete nas transformações dessa paisagem entre os anos de 1970 a 2010. A metodologia utilizada correspondeu ao trabalho de gabinete, o levantamento bibliográfico e, posteriormente, ao trabalho empírico, levantamento fotográfico da área em estudo. Depois disso, podemos mensurar que a praia de Ponta Negra está muito susceptível as mudanças ambientais, tanto ocasionadas pela dinâmica natural da praia, quanto as ações humanas sobre esse espaço, pois se trata de uma área bastante frágil e mutável, necessitando assim, de um estudo sistemático mais aprofundado sobre a paisagem costeira. Para que haja uma minimização da degradação e/ou alteração das paisagens nas áreas costeiras é preciso que ocorra uma gestão integradora do ambiente como um todo, e com base no planejamento das ações e no (re) ordenamento territorial das ocupações desses espaços tão importantes, tanto ambientalmente, quanto socioeconomicamente.

Palavras-chave: Paisagem; Paisagem Costeira; Socioambiental; Urbanização.

Transformations in the coastal landscape of Ponta Negra, Natal/RN, in 1970 and 2010

Abstract

The process of urbanization of Brazilian cities have been facing since the last decades of the twentieth century, various social and environmental problems. This process is happening so fast, chaotic and unplanned. Of course there are cities that were planned, however, this plan was not fully put into practice, and this has led to a series of problems in the urban centers of Brazil. A good example is the city of Natal, who has master plans since the beginning of last century, based on European models and the master plan currently in force in 1994. We found that one of the problems existing in several coastal cities of the country is the change in the coastal landscape, which has caused serious damage to the population of these cities. So, this research aimed to study the coastal landscape of Ponta Negra, Natal / RN, checking the effects caused by anthropogenic and natural, and how this reflects on the transformations of this landscape between the years 1970 to 2010. The methodology used corresponded to the work of cabinet, literature, and later empirical work, photographic survey of the study area. After that, we can measure the Ponta Negra beach is very susceptible to environmental changes, whether caused by natural dynamics of the beach, and human actions on this space because it is a very fragile area and changeable, requiring thus a further systematic study on the coastal landscape. For there to be a minimization of the degradation and / or alteration of landscapes in coastal areas is a must occur integrative management of the environment as a whole, and based on the planning of actions and (re) territorial occupation of these spaces as important, both environmentally, and socioeconomically.

Key words: Landscape, Nature Coast; Socio-environmental; Urbanization.

INTRODUÇÃO

A ocupação urbana desordenada nas áreas periféricas das médias e grandes cidades tem apresentado sérios questionamentos por parte da comunidade acadêmica, pois os riscos ambientais e sociais que essa população vivencia, é bem maior do que a sociedade pode imaginar. Um grande exemplo disso é a cidade do Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, uma vez que a mesma vem passando por uma preocupante ocupação desordenada, que apesar de ter tido vários planos diretores, os mesmos não foram postos em prática da maneira que deveria ter sido por parte dos gestores da cidade, ao longo dos anos, implicando assim, numa má utilização desses instrumentos.

Assim, as transformações ocorridas no espaço urbano são produzidas pelas atividades, pelas formas, significados e atividades sociais que lhe são peculiares e visíveis. Dessa forma, pode-se associar a percepção desses elementos a partir da representação do que a cidade produz fundamentada pelo diagnóstico de três componentes principais: identidade, estrutura e o significado. Corroborando com o conjunto desses elementos é que a paisagem pode ser analisada e compreendida, e suas transformações socioambientais podem ser visíveis. Isso pode ser verificado no discurso de Viadana (2005):

[...] A paisagem – como entidade dinâmica e diferenciada da superfície terrestre – constitui-se no suporte das aulas teóricas e práticas, considerada então, uma categoria espacial de aspecto visível e imediatamente perceptível, podendo ser conceituada, descrita e explicada através de sua morfologia decorrente da composição do meio natural e das ações antrópicas (VIADANA, 2005, p. 14).

Ao analisar geograficamente a cidade do Natal, tomamos como exemplo, o bairro de Ponta Negra, devido as suas mudanças na paisagem e como a mesma se desenvolveu. O setor imobiliário que proporcionou, a princípio, várias construções trazendo para este bairro uma enorme dinamicidade, no aspecto econômico, social, ambiental e até mesmo político. Com a instalação de infraestruturas, como as ruas, avenidas, transportes, postos e também impulsionou a rede hoteleira, o comércio formal e informal, este ocasionou uma grande investida ao povoamento da zona Sul da cidade do Natal, em detrimento das demais zonas da cidade.

Assim, o objetivo geral do referido artigo é estudar as transformações naturais e antrópicas ocorridas na paisagem costeira da praia de Ponta Negra, na cidade do Natal, de 1970 até 2010. Tendo como objetivos específicos entender o processo de urbanização do bairro de Ponta Negra, enfocando a paisagem costeira da referida praia, verificando os problemas causados pela ação antrópica e natural na área costeira, enfatizando a diferenciação da paisagem para a população e pesquisar o que deve ser feito para tentar amenizar as mudanças ocorridas paisagem costeira na área em estudo.

Segundo Furtado (2008), o espaço urbano da cidade do Natal, não foge a regra das demais cidades brasileiras. Este veio acompanhado de inúmeras transformações, em decorrência do processo de urbanização, e junto com ele, os graves problemas ambientais se proliferaram. A questão em foco neste artigo é estudar as transformações ocorridas nas paisagens costeiras no referido do

bairro, enfocando a configuração e o (re) ordenamento espacial da área, e principalmente, como tentar amenizar a degradação da paisagem costeira em estudo.

Esta pesquisa é importante tanto para a cidade do Natal, pois irá evidenciar medidas de amenização para combater a deteriorização e/ou degradação da paisagem que acaba gerando problemas ambientais nas áreas litorâneas, principalmente, para aquelas cidades que usufruem de suas belezas cênico-paisagísticas. Assim, podemos entender que a paisagem constitui um elemento essencial ao bem-estar e a sensação de conforto individual e social. Pensando dessa maneira, propomos realizar um trabalho que buscase verificar as mudanças que vem ocorrendo pelo litoral da cidade, de maneira que o processo de degradação da paisagem está comprometendo de forma indireta e/ou direta a qualidade de vida desta população e do meio ambiente.

Este dará uma enorme contribuição a Ciência Geográfica, pois tratará de um dos conceitos chaves, que é a paisagem. Assim, o texto destina-se aos não-geógrafos interessados na temática da paisagem, tema inscrito no conhecimento da pesquisa geográfica, mas também de interesse, de pesquisadores e cientistas sobre as relações sociais. Sua intenção é oferecer para breves reflexões sobre danos provocados na paisagem costeira, uma vez que não afeta somente o bairro de Ponta Negra, mas também, toda a cidade do Natal e outros municípios litorâneos do Estado do Rio Grande do Norte. Para tanto, ressaltando a importância que todos devem ter uma boa qualidade de vida e usufruam de uma paisagem costeira urbana satisfatória, como é prevista pela Constituição Federal (1988, art. 225), onde afirma que todos têm “o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e sadio à qualidade de vida”. Levantando esses questionamentos é que conseguimos nortear a referida pesquisa, dando o devido aporte à ciência geográfica.

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO

A área em estudo corresponde a um dos bairros do município de Natal e está inserida na Região Administrativa Sul, possuindo uma área de 707,16 ha. O referido bairro obteve seus limites definidos pela Lei nº. 4.328, de 05 de abril de 1993, na qual foi oficializada após publicação no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte em 07 de setembro de 1994 (Prefeitura Municipal de Natal – PMN/SEMURB, 2009).

De acordo com a delimitação dos bairros feita pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, ao Norte, Ponta Negra limita-se com o bairro de Capim Macio e o Parque das Dunas, ao Sul com o município de Parnamirim, a Leste com o Oceano Atlântico e a Oeste com o bairro de Neópolis (Figura 1).

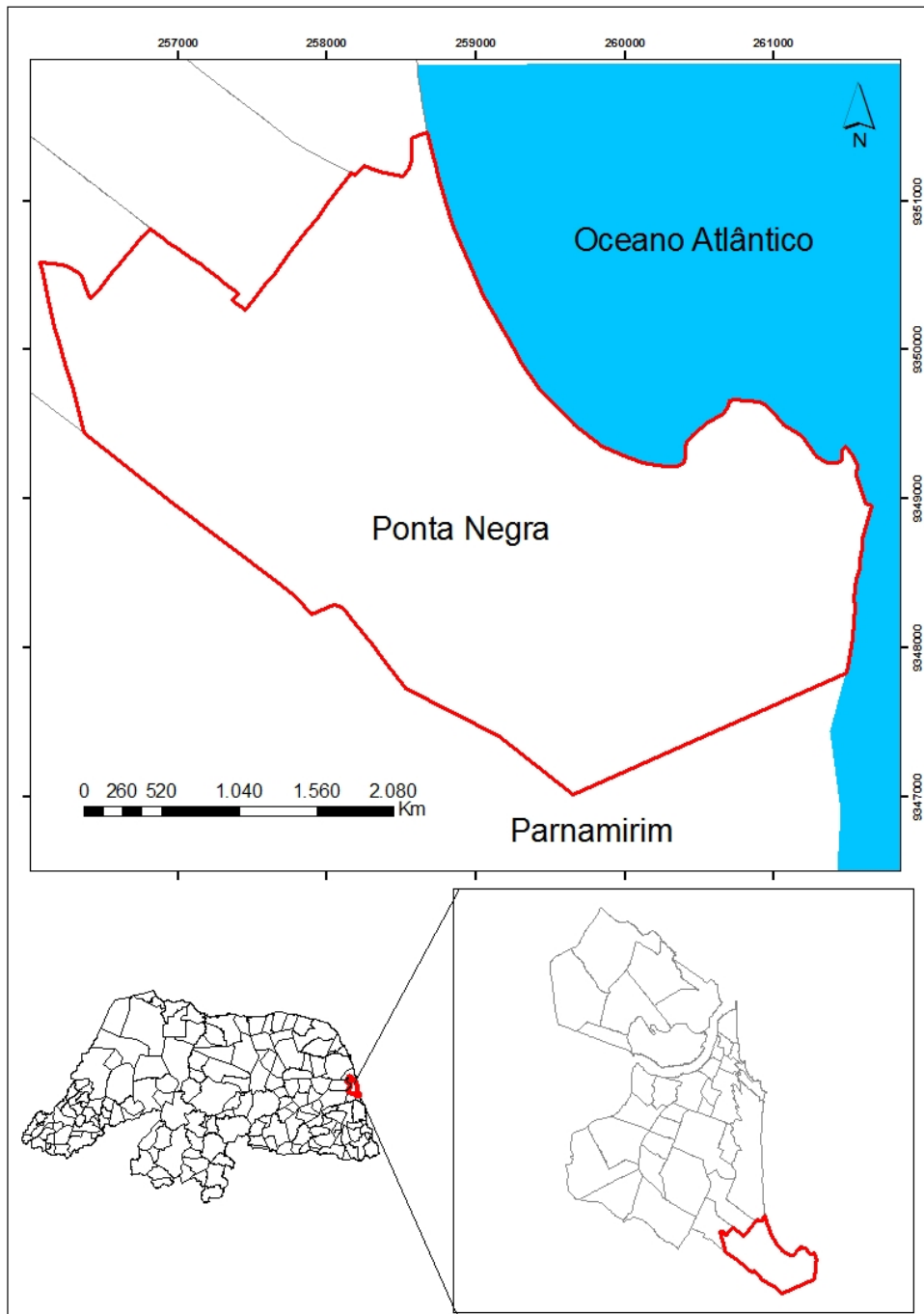


Figura 1. Bairro de Ponta Negra localizado na cidade do Natal/RN.

Fonte: PMN. SEMURB, 2009 / IDEMA 2008. Datum: WGS 84. Organização: Janny Suenia Dias de Lima, 2010.

O bairro de Ponta Negra é parte integrante da Zona de Adensamento Básico, para a qual o Plano Diretor de Natal - PDN (Leis Complementares

nº. 07/94 e nº. 22/99), determinaram a densidade máxima de 225 hab/ha e o coeficiente de aproveitamento de 1,8. Ainda incidem sobre este bairro (segundo a Lei nº 3.607/87, que dispõe sobre uso e prescrições urbanísticas da Zona Especial Turística 1 – ZET 1, mantida através do artigo 62 do PDN/94), duas áreas consideradas frágeis do ponto de vista ambiental, denominadas Zona de Proteção Ambiental (ZPA). Na área em estudo tem-se a ZPA 5 e ZPA 6. A ZPA 5, refere-se à Área de Associação de Dunas e Lagoas de Lagoinha, já regulamentada pela lei nº 5.565/2004, enquanto que a ZPA 6, refere-se ao Morro do Careca e Dunas Associadas e seu Entorno.

No ano de 2000, entrou em vigor a Lei Complementar nº 027 que criou a Zona Adensável de Ponta Negra, estabelecendo novos parâmetros de densidade e aproveitamento, em função de melhorias implantadas na infra-estrutura do bairro (PMN/SEMURB, 2009) (Figura 2).

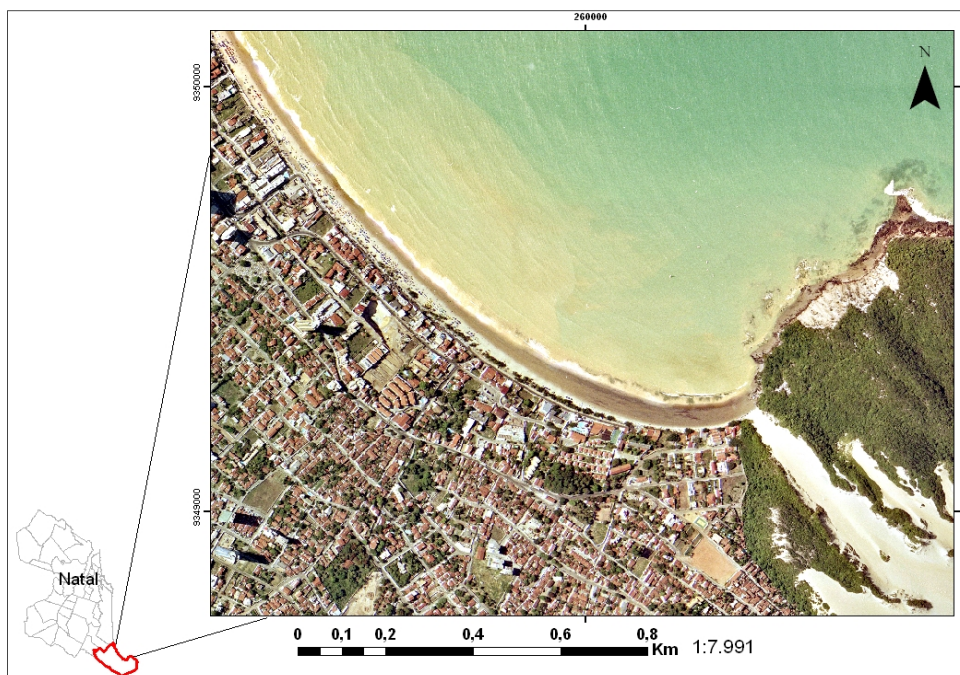


Figura 2. Uso e ocupação do Solo da Praia de Ponta Negra, Natal/RN.
Digitalização: Janny Suênia Dias de Lima (AGO/2010).

Na área em estudo, segundo dados da PMN/SEMURB (2009), há duas áreas que possuem limitações urbanísticas e ambientais, que são: Área Especial de Interesse Social (AEIS) – que corresponde a Vila de Ponta Negra, e a outra, uma faixa do bairro denominado de *Área Non Edificanti*, que tem

como finalidade a prevenção cênico-paisagística da praia de Ponta Negra (Figura 3).

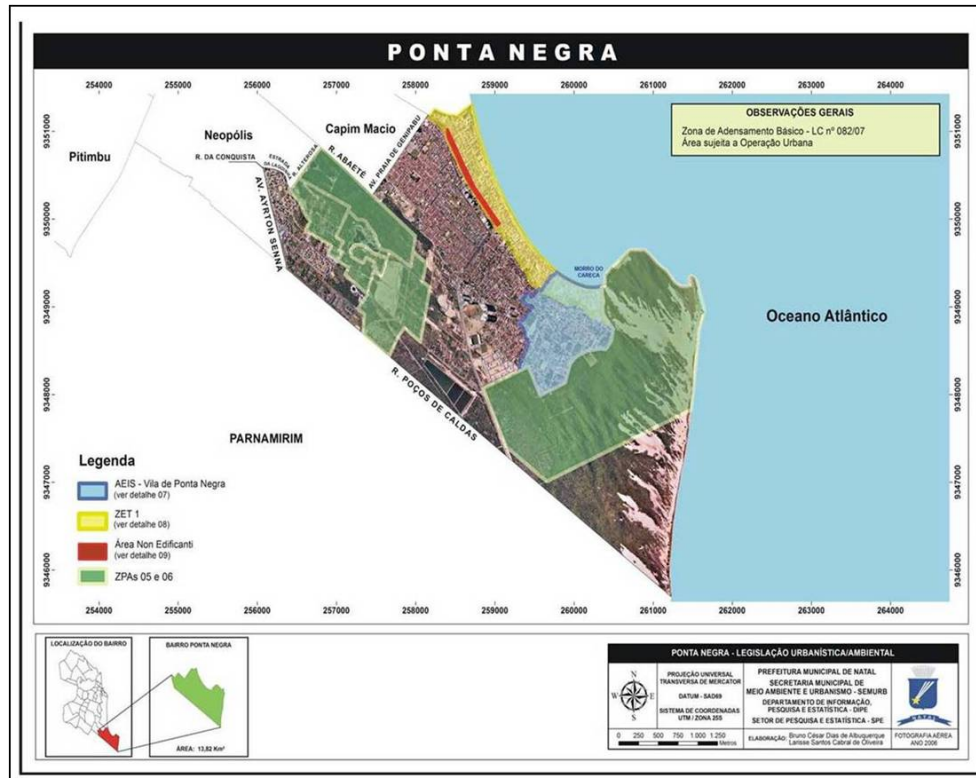


Figura 3: Legislação urbanística e ambiental – PDN/2007

Fonte: PMN. SEMURB – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – (Jun. 2009)

A CIDADE E O SEU PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

A cidade, na maioria das vezes, teve seu início em decorrência da enorme necessidade do homem em se fixar na terra para plantar e colher o seu próprio alimento. Foi a partir de então que surgiram as cidades, não esquecendo também que a necessidade de centralização levou ao aparecimento das mesmas. Estas eram o centro administrativo que reunia as várias aldeias, vindo a surgir em torno o templo principal da comunidade. Nesse templo era armazenada a produção de excedente das aldeias, e à sua volta, moravam as pessoas que se dedicavam à administração, ao comércio e ao artesanato, mas apenas para esses propósitos. Isso pode ser comprovado no fragmento a seguir:

Ela nasce com o processo de sedentarização e seu aparecimento delimita uma nova relação homem/natureza: para fixar-se em um ponto para plantar é preciso garantir o domínio permanente de um território (ROLNIK, 2004, p. 8).

Pode-se dizer que a cidade se implanta como moradia permanente e para o trabalho, no momento em que na mesma possui a produção de um excedente, ou seja, quando há uma quantidade de mercadorias maior do que a necessidade daquela comunidade (é o que sobra da produção). Então, essa aldeia passa a ter outro significado, pois estará tendo outras funções e contribuindo para o crescimento dessa cidade.

Segundo Rolnik (2004, p. 30), “a partir de certo momento da história que as cidades passam a se reorganizar em função do mercado, gerando um tipo de estrutura urbana que não só opera uma reorganização de seu espaço interno, mas também redefine todo o espaço circundante, atraindo para a cidade grandes populações”. É dentro deste contexto que se pode dizer que o crescimento das cidades, na maioria das vezes, se dá pelo crescimento e organização do comércio, na qual começa a atrair inúmeras famílias do interior em busca de melhorias e uma boa qualidade de vida para as suas famílias. Com isso, a maior parte das cidades não estava e nem estão preparadas para receberem uma quantidade grande de pessoas, vindo a ocorrer um inchaço populacional – macrocefalia urbana. É nesse sentido que:

A cidade é um conjunto de lugares apropriados e produzidos pelos grupos sociais experienciando tempos e ritmos diferentes. Todo lugar é produto social, e, portanto a espacialidade, apropriado pelas práticas sociais na satisfação das necessidades individuais e coletivas de reprodução e de identificação. (SALGUEIRO, 2003, p. 99).

Colocando a cidade no contexto contemporâneo, a mesma atualmente possui outro propósito, esta se transformou em uma espécie de laboratório do processo de produção capitalista industrial. A

inevitabilidade do urbano passou a ser a inevitabilidade da lógica de ascensão do modo de produção capitalista. Segundo Carlos (1994, p.57), este afirma que:

Nesse sentido, o espaço geográfico não é humano porque o homem o habita, mas porque, a cada momento histórico, o reproduz de acordo com os objetivos e necessidades da sociedade (produto do trabalho realizado a partir de uma concepção e de um projeto).

Assim, o processo de urbanização nas cidades dos países desenvolvidos ocorreu de maneira lenta e gradativa. Um grande exemplo foi à Inglaterra, pois teve a sua urbanização muito lenta, por volta de 100 (cem) anos, ou seja, esse país teve tempo suficiente para organizar e adaptar as suas cidades com o novo modo de vida, o urbano.

Diferentemente dos países desenvolvidos, os países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, tiveram seu processo de urbanização muito rápido e de maneira desorganizada. Isso implica numa falta de planejamento adequado e responsável do Estado (país) em torno da mudança do novo modo de vida. Um claro exemplo é o Brasil, um país, inicialmente, estritamente rural desde o seu descobrimento até meados da década de 1940, quando deram início as transformações no seu mercado e nas médias cidades existentes.

Constatou-se que nas áreas urbanas começaram a receber um grande contingente populacional e novas atividades foram implantadas, transformando-se nos grandes centros urbanos atualmente, provocado pelo processo de urbanização. Como essas cidades ainda não estavam preparadas para receber essa gama de pessoas advindas principalmente do interior e de outras regiões pobres do país, ocorreu um inchaço populacional, e estes trouxeram diversos problemas para o poder público e para toda a população, tanto aqueles que já moravam, como os que ali chegaram. Os principais problemas enfrentados foram à falta de moradia acessível (valor muito elevado), falta de infra-estrutura nos bairros pobres e o crescimento das favelas, precariedade nos transportes públicos, a falta de empregos para uma grande maioria e a degradação do meio ambiente por parte dessa população. Dessa forma verificamos que:

As moradias na periferia apresentam-se amontoadas num misto de autoconstrução e favelas, construídos em terrenos pouco valorizados, onde se aglomera uma massa de trabalhadores misturada com o exército industrial de reserva e seus familiares em locais cada vez mais distantes daqueles do trabalho (o que obriga a gastos excessivos de horas de transporte, de baldeações, diminuindo mais ainda o tempo de lazer, sem contar, evidentemente, os custos que consome o já minguado salário do trabalhador), cuja tônica é quase ou total inexistência de infra-estrutura (rede de água, luz, esgoto, limpeza pública, asfalto, escolas, pronto-socorros, hospitais, etc.) que se caracterizam como áreas de condições subumanas de moradia (CARLOS, 1994, p.54).

Pode-se então afirmar que, o processo de urbanização trouxe várias transformações no espaço geográfico, e foi as cidades que as absorveram, onde se gerou inúmeros problemas, tanto a níveis econômicos, sociais e principalmente ambientais.

A degradação ambiental nas áreas urbanas ocasionadas pela ocorrência da falta de planejamento do processo de urbanização trouxe vários problemas, tais como: a poluição (sonora, visual e do ar), desmatamento das florestas, desmoronamento dos morros, redução de áreas verdes, contaminação das águas subterrâneas (lençóis freáticos), acúmulo de resíduos sólidos produzidos pela sociedade, entre outros. Assim, as questões ambientais, nos últimos anos, vêm assumindo uma enorme centralidade e, sendo alvo de várias discussões em torno de suas causas e consequências, e possíveis soluções para essas questões, a fim de tornar o meio ambiente mais sustentável para as futuras gerações. Neste artigo enfatizamos os problemas socioambientais gerados pelas mudanças nas paisagens costeiras do bairro de Ponta Negra, Natal/RN.

O BAIRRO DE PONTA NEGRA, NATAL/RN: COM DESTAQUE PARA A PAISAGEM COSTEIRA

O BAIRRO DE PONTA NEGRA, NATAL/RN: COM DESTAQUE PARA A PAISAGEM COSTEIRA

As primeiras menções históricas referentes à praia de Ponta Negra residem na descrição do período da ocupação holandesa, que data de 1633, citada na Cartografia do Estado do Rio Grande do Norte. Fatos que ocorreram em 1877 descrevem uma casa de oração no povoado de Ponta Negra e de uma escola pública para o sexo masculino (PMN/SEMURB, 2007).

Considera-se que, até o século passado, a Vila de Ponta Negra era habitada por indivíduos ligados à atividade pesqueira, mas também havia alguns roçados para ajudar na economia doméstica, além do trabalho de renda de almofadas feito pelas mulheres. De acordo com PMN/SEMURB (2009), a praia de Ponta Negra era apenas uma:

Vila de pescadores, lugar de veraneio da Natal do passado, possui uma das vistas mais bela da cidade, o Morro do Careca. Existem referencias, datadas do século XVII, sobre a praia de Ponta Negra, cita alguns documentos como este ter sido local de desembarque de tropas holandesas.

De acordo com o fragmento acima, fica evidente como era a paisagem do bairro em estudo, com destaque para a sua paisagem costeira, ao qual podemos visualizar na Figura 4. O referido bairro era formado exclusivamente por uma vila de pescadores, onde se vivia da pesca e de pequenos trabalhos artesanais realizados por mulheres. Além também, de perceber como era a fisionomia da praia no início do século passado e como a mesma se encontra na atualidade.

Podemos visualizar que as atividades sociais desenvolvidas na área praticamente não são mais desenvolvidas com bastante freqüência. Pois isso demonstra que não somente a praia, mas também o bairro passou por mudanças profundas, desde a sua fisionomia até as suas relações sociais.



Figura 4. Praia de Ponta Negra na década de 1930 (A); Praia de Ponta Negra em 1970, detalhe do Morro do Careca (B).

Fonte: CD-ROM de Natal 400 anos.

A Vila de Ponta Negra teve início na década de 1940, e esta era o núcleo do povoamento da área. A cidade do Natal, nesta época, era governada por José Varela, que construiu o primeiro chafariz naquela praia, localizado atrás da igreja e reconstruído, em 1931, pelo Bispo Dom Marcolino Dantas. Com o novo governo, de Aluizio Alves, outro chafariz foi erguido na rua do Corrupio, e implantada a energia elétrica.

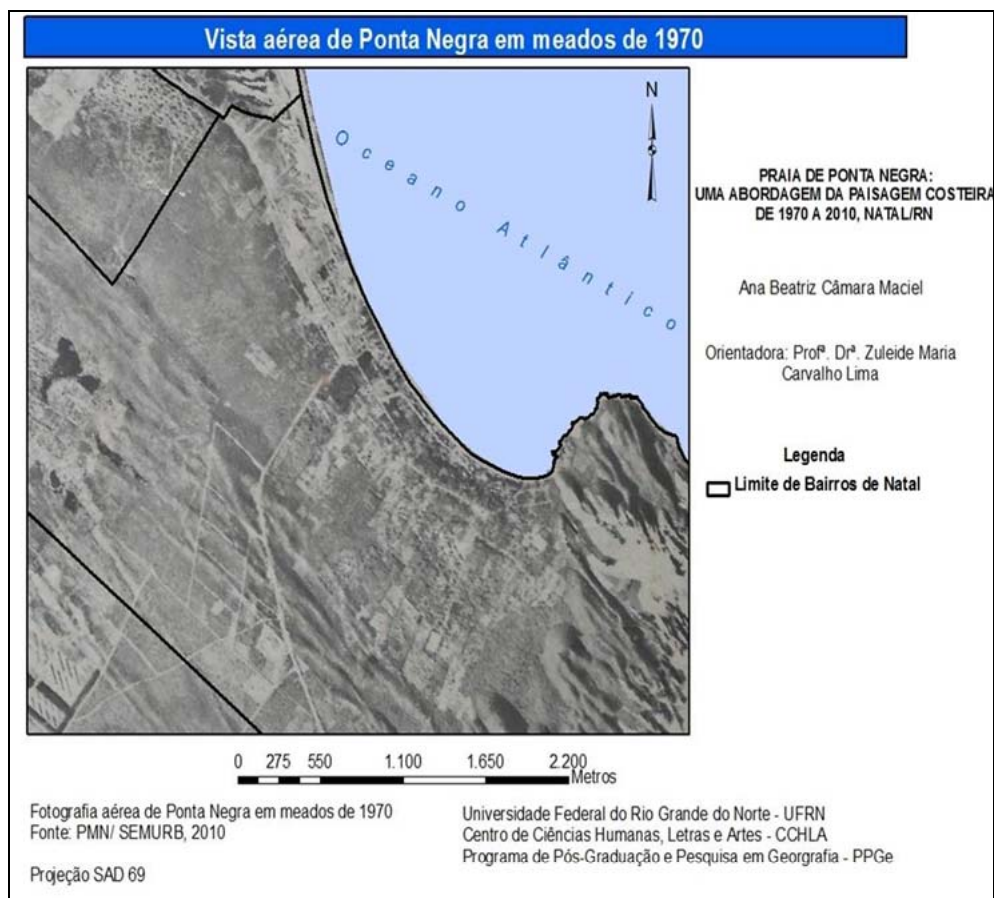
Posteriormente a Segunda Guerra Mundial, onde Natal sediou uma base militar dos Estados Unidos, em Parnamirim, trouxeram uma forte influência de banhos de mar, de veraneio, e a partir daí deu início as construções de casas de veraneio. Dessa forma, a paisagem costeira passou por mudanças profundas das quais começou a reordenar o espaço e a configurar novas atividades desenvolvidas no referido bairro (PMN/SEMURB, 2007) (Figura 5).

Mais recentemente, foram comprados 130 hectares de terras ao empresário Osmundo Faria, o que permitiu a construção de conjuntos habitacionais com casas e apartamentos. Surgiu, então, o conjunto Ponta Negra em 1978, o Alagamar em 1979, o Serrambi, em 1989 e o Natal-Sul, em 1981. Somente no ano 2000, foi efetuado o projeto Orla de Ponta Negra. Deste projeto de urbanização, fez parte a construção de um calçadão na orla marítima, com 3 quilômetros de extensão e a substituição das antigas barracas de praia (madeira), por quiosques de fibra de vidro (PMN/SEMURB, 2007).

Sobre a evolução do referido bairro, o historiador Itamar de Souza, fez a seguinte citação:

[...] O casário primitivo surgiu na parte alta, onde está a Vila dos Pescadores. Em meados do século XX, a elite natalense aportou à beira-mar construindo aí suas casas de veraneio. Nos anos 1970, a expansão urbana povoou a parte alta deste bairro com a construção de conjuntos habitacionais (SOUZA, 2008, p. 649).

Conforme antigos moradores, antes de meados 1956, havia 500 hectares de terras agricultadas em sistema comunitário. Mas, esse sistema prejudicou a legalização daquelas terras, admitindo casos de grilagem. Para abrandar os conflitos, parte das terras foi doada ao clero de Natal através de D. Eugênio Sales. Em 1964, outra parte que servia à população foi destinada ao Ministério da Aeronáutica para a construção da Barreira do Inferno (PMN/SEMURB, 2007). Após se verem desapropriados de suas terras, parte da população passou a sobreviver do comércio de artesanato em geral, de barracas de praia e de biscates, além da pesca, já tradicional.



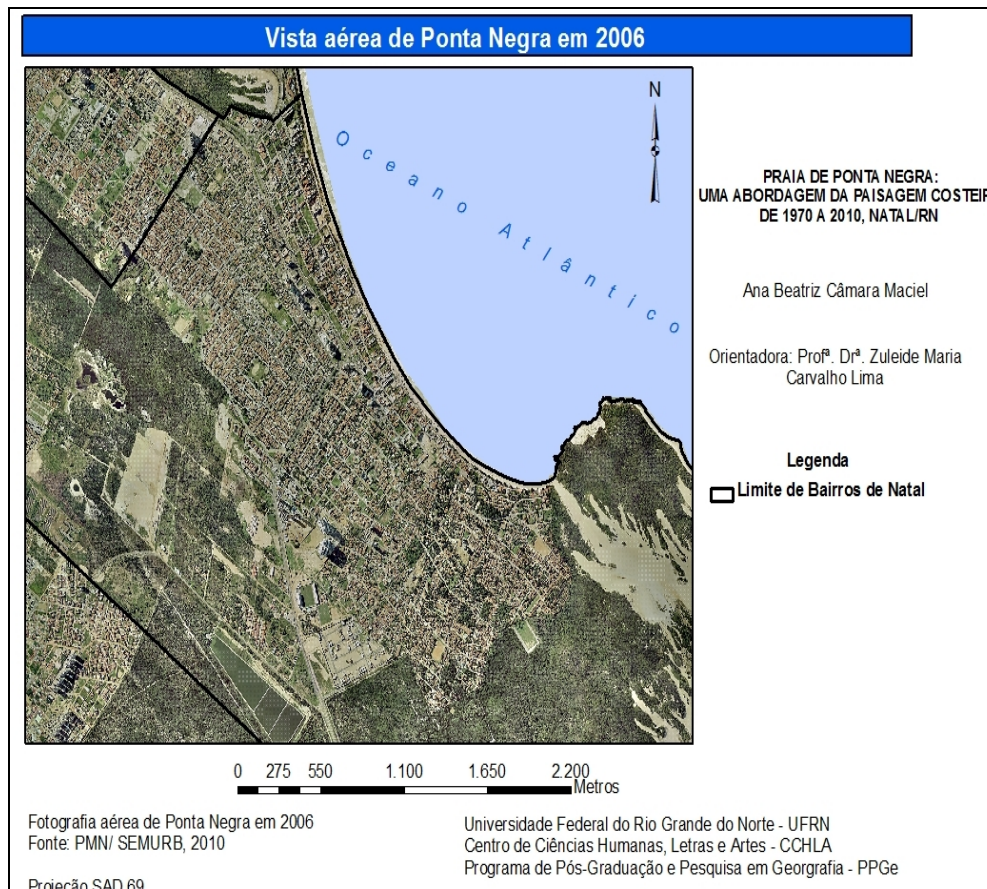


Figura 5. Vista aérea do bairro de Ponta Negra em meados da década de 1970 (A)
Vista aérea em 2011 (B)

Fonte: PMN. SEMURB, 2010. Datum: SAD 69
Digitalização: Yuri Marque Macedo, 2010.

Então, podemos observar na figura 5 que o bairro de Ponta Negra não detinha, em meados da década de 1970, praticamente uma ocupação efetiva do território, pois como se percebe na fotografia aérea, há existência de diversos terrenos baldios ou áreas vegetadas. Já na figura 6, nos mostra o oposto, a mesma área, praticamente, toda ocupada por construções, por atividades sociais, até mesmo áreas que não deveriam estar sendo utilizadas, em virtude de sua fragilidade. Mas, além disso, pode-se perceber que a zona costeira são as que mais estão passando por transformações por causa das novas funcionalidades que estão surgindo no século XXI.

Dessa forma, podemos afirmar que o bairro de Ponta Negra foi com o passar dos anos, se urbanizando, atraindo os mais diversos setores da economia, principalmente o turismo (Figura 6), além também de trazer inúmeros problemas ambientais para toda a cidade. É perceptível as mudanças que ocorreram na área litorânea em virtude do processo de desenvolvimento que vem sendo

implementado em todo país. É visível a instalação de um projeto turístico, onde nos deparamos com a construção de muitos hotéis, sendo a área mais procurada, no município, atualmente, pela construção civil, pois é uma área que vem atendendo a quase todas as expectativas da atividade turística.

Observar-se que quanto mais próximo da linha de costa, maior é a concentração das construções, de hotéis, pousadas, comércio, residências, entre outros. Além disso, podemos constatar uma devastação da fauna e da flora, até mesmo com a extinção de certas espécies vegetais.

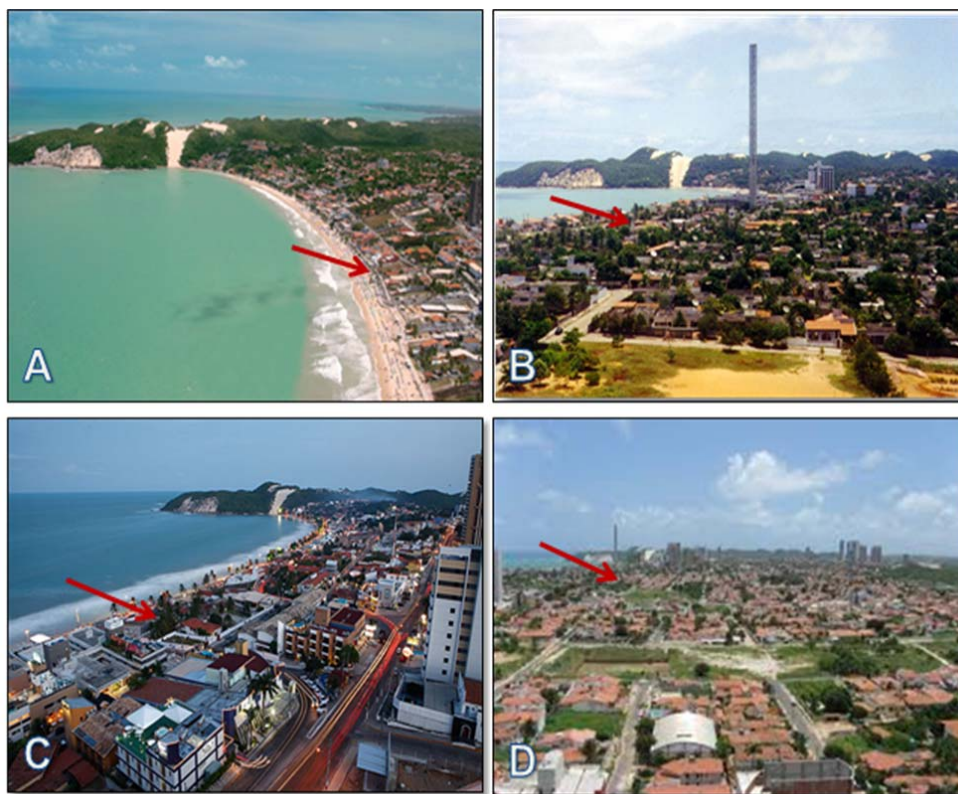


Figura 6. Construções de hotéis e residências modificando a paisagem costeira (visão da beira-mar) (A). Visão geral das construções de edifícios, residências e comércio do bairro de Ponta Negra, Natal/RN (B, C e D).

Fonte: skyscrapercity.com (JUN/2010)

Nesse sentido, o crescimento desordenado da área em estudo, contrasta com a realidade tranquila de alguns moradores, que, há anos, viviam suas vidas de maneira simples e, atualmente, perderam sua privacidade e são obrigados a mudarem de endereço, principalmente devido à invasão das construções que estão degradando a paisagem costeira local. Vale ressaltar que a praia de Ponta

Negra vem passando por significativas mudanças, as quais podem inferir o processo de urbanização aliado ao turismo e as ações públicas. Em suas vias, facilmente encontramos consequências dessas atividades. Uma paisagem bem característica das ruas e becos da vila, atualmente, são casinhas de pescadores, bem pequenas e pobres, sendo observadas e vigiadas, cercadas por cercas elétricas, e sendo sufocadas por enormes muralhas das novas mansões que vêm sendo erguidas no centro da Vila de Ponta Negra (BRASIL, 2008).

Desta forma, a relação sociedade-natureza não tem levado ao equilíbrio ambiental necessário, revelando cenários ambientalmente degradados em favor desse desenvolvimento. O cerne dessa relação é o lucro, abnegando o esforço aplicado ao sistema natural, que o desequilibra. Por conseguinte, a relação social atual determina uma relação ambiental degradante (BARBOSA, 2008). Vale ressaltar que a paisagem passa a ser um bem jurídico e, portanto, destinatária da proteção por parte do ordenamento legal, e que na cidade do Natal só passou a ser efetivamente posto em prática na última década do século XX. Conforme aponta Tricart (1977) apud CAVALCANTI (2007, p.33):

Acrescenta que as ações para minimizar os impactos entre o progresso cultural e as práticas humanas em nosso território, viabilizam o inter-relacionamento dos ecossistemas aos mecanismos de participação dos agentes, onde a paisagem é considerada como um grupo de formas, dos objetos e elementos que definem um espaço geográfico e dentro de seus limites ocorre às inter-relações sociais, econômicas e culturais com o meio natural e as transformações que este tem experimentado, sendo, portanto parte do ambiente.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que a paisagem não é só um portador de recursos materiais para a população, mas também um espaço no qual se leva em conta a reprodução desses recursos, sendo fonte de vida e saúde para satisfazer as necessidades culturais e estéticas da sociedade.

Portanto, destaca-se que a vinculação da paisagem costeira dá direito a todos terem uma qualidade de vida saudável, e de concretizar a destinação social da propriedade privada, cujos detentores localizam-se na linha de frente da degradação do ambiente urbano. papel do extensionista vai além do simples ato de tentar repassar uma informação, pois, como aponta Berlo (1999, p. 8), “a meta principal da comunicação é a persuasão, a tentativa de levar outras pessoas a adotarem o ponto de vista de quem fala”. Assim, depois de observado, analisado e interpretado o processo utilizado no cultivo da erva-mate no Vale do Taquari, o trabalho caminha para a mostra aos agricultores interessados em que as técnicas ora observadas em outros lugares possam e devam ser empregadas por eles.

Nesta tarefa de difusão de conhecimento é prudente que se adote uma ordem na disseminação das informações, pois cada afirmativa deve ser tratada em momento oportuno, pois como aponta Berlo (1999, p. 61) se temos um número de afirmações a fazer, deve-se estruturá-las, impondo-lhe uma ordem.

Assim, as observações vão sendo transferidas à medida que se julga pertinente, para que o trabalho de transferência de saberes culmine com apreensão das informações repassadas. A forma como essas informações são repassadas é outro ponto importante para o trabalho, pois, como aponta Bakhtin (2003), o entendimento do discurso é facilitado quando se utiliza uma linguagem próxima aos interlocutores do processo, ou seja, quando se fala no mesmo gênero discursivo, neste caso, na linguagem do agricultor produtor de erva-mate.

Assim sendo, as atividades de extensão rural tornaram-se o elo entre pesquisadores e comunidade, favorecendo o desenvolvimento da propriedade e a melhoria das condições de vida dos produtores rurais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização desse trabalho foram adotadas as seguintes etapas: trabalho de gabinete, trabalho empírico, e que constitui na elaboração do trabalho final (Figura 7).

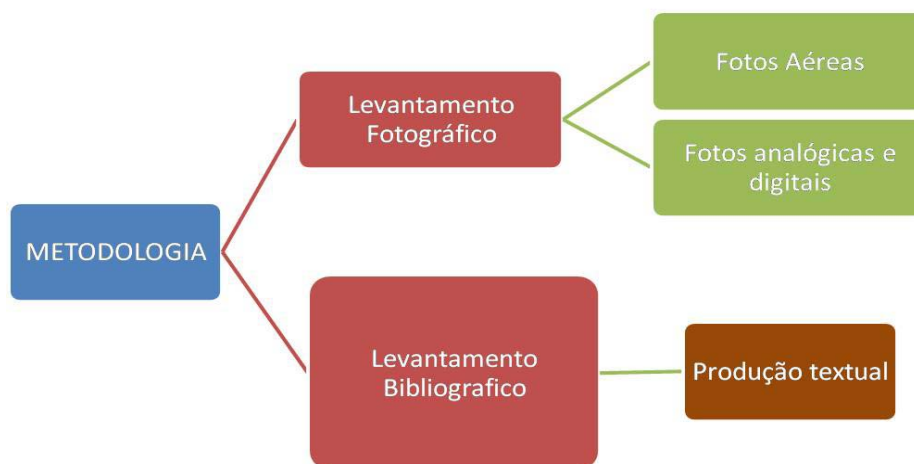


Figura 7. Procedimentos Metodológicos

Fonte: Ana Beatriz Câmara Maciel (Fev-2012)

Para desenvolver esta pesquisa, se fez necessário, no primeiro momento – trabalho de gabinete com à realização de um levantamento bibliográfico a cerca de vários temas, como: a cidade, o processo de urbanização brasileira e urbana do Natal, as paisagens costeiras, a organização territorial, alguns conceitos geográficos, dentre outros, aos quais foram tabuladas as principais obras de autores para a elaboração dos dados secundários. Além desses, realizamos leituras de teses, dissertações, monografias, livros, periódicos e jornais que continham o tema da área em pesquisa.

No segundo momento, foi realizada a pesquisa empírica (para aquisição de dados primários), com o levantamento de imagens áreas e de fotografias aéreas, analógicas e digitais nos órgãos públicos da área objeto em estudo. Assim, pudemos fazer a evolução da mudança da paisagem costeira da praia e realizar a análise dos elementos que contribuíram e que continuam modificando-a, ocasionando diversos problemas socioambientais (Figura 8).



Figura 8. Inter-relação Socioambiental de Ponta Negra, Natal-RN
Fonte: Ana Beatriz Câmara Maciel (Fev-2012)

Após a coleta dos dados, os resultados foram analisados e interpretados, e logo em seguida, mensuradas as possibilidades para soluções e/ou amenização da problemática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste artigo possibilitou verificar as diversas modificações que vem se configurando na área urbana da cidade do Natal/RN, com destaque para a paisagem costeira da praia de Ponta Negra. Neste sentido, percebemos que há uma maior ocupação desse espaço, com a população avançando cada vez mais para a linha de costa, ampliando o domínio das atividades indiretas de exploração do solo, através do aumento de novas edificações, da expansão de obras para a recreação e lazer e da crescente transformação da terra. Verificamos isso

claramente na área em estudo, na qual a linha de costa foi completamente ocupada por vários segmentos e atividades do processo produtivo.

Na análise da paisagem costeira, devemos levar sempre em consideração a sua dinâmica natural, social e econômica, já que juntos, são os responsáveis pela sua configuração atual. Então, a análise da paisagem deve ser apreendida como um conjunto de metas e ações a partir do desenvolvimento econômico, sendo esse importante para manter uma visão abrangente em termos de planejamento, e também, sendo capaz de promovê-lo como um processo integrado, com articulação dos agentes sociais e autonomia local, com vistas à adoção de medidas compatíveis com a realidade, disponibilidade e recursos potenciais, interesse e conscientização da população.

Pudemos visualizar que o agente que mais vem descaracterizando a zona costeira, com as suas inúmeras construções (edifícios), muitas vezes sem os devidos estudos de planejamento, principalmente na faixa costeira, o que vem acelerando o processo erosivo da praia e a degradação das dunas existente na área. As mudanças na paisagem costeira ocorrem de forma acelerada, muitas vezes sem o controle do governo local, devido, principalmente a fiscalização e às poucas políticas de planejamento e gestão efetivas – tais como aplicação do plano diretor ou códigos de postura municipais – ou como consequência da inobservância dos existentes.

Assim, o setor imobiliário, com suas construções, se apropriaram dessa paisagem e hoje só é possível visualizar espigões, comércio formal e informal, como também, esgotos à céu aberto, sendo lançados diretamente, sem tratamento na praia, resíduos sólidos por toda orla marítima, além de desmatamento nas áreas de dunas.

A área em estudo na década de 1970 possuía uma (re) configuração bastante diferente dos dias atuais. Esta era basicamente constituída por dunas vegetadas e não vegetadas, casas de pescadores (nativos) e algumas residências de veranistas da elite da cidade do Natal/RN. O uso e ocupação do solo na ocasião era muito pequena e o acesso a praia de Ponta Negra era bastante complicada, devido a ausência de ruas e avenidas pavimentadas e, também de serviços de transportes.

O bairro de Ponta Negra teve seu (re) ordenamento modificado em virtude das novas atividades que foram sendo implantadas na cidade, e isso provocou várias transformações, tais como: grandes construções na orla marítima – aumento do uso e ocupação do solo, com a destruição das dunas, a privatização da praia pelos hotéis. Além disso, a população nativa foi sujeitada a residir na parte periférica do bairro, sem as mínimas condições de infraestruturas (esgoto, lixo, transporte público, entre outros). Notamos que as lagoas existentes estão sendo assoreadas (vale ressaltar que essas lagoas estão sujeitas ao aterramento para a construção de novos prédios). Vem ocorrendo o aumento da densidade demográfica no bairro, o que provocou a necessidade da ampliação do número de residências,

prédios e edifícios por toda a região. Com isso, houve o aumento das atividades do setor de serviços, que atraiu um número maior de pessoas para usufruir dessas atividades disponíveis no bairro/praias de Ponta Negra.

Diante disso, é necessário que haja um monitoramento efetivo na área em estudo, de forma planejada, evitando assim, o aumento dos problemas socioambientais. Para que ocorra a amenização da ação antrópica, é necessário que os órgãos responsáveis procurem investir mais na localidade, que está voltada exclusivamente para o turismo, de modo que façam as vistorias (verifique as licenças) nas construções e nos licenciamentos que são fornecidos as construtoras, e se os mesmos estão de acordo com as normas e leis ambientais que estão inseridas no Plano Diretor vigente da cidade do Natal/RN.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Camila; CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. Análise geoambiental como instrumento para subsidiar a ação crítica na interação sociedade-natureza. In _____: 1º Simpósio de Pós-Graduação em Geografia do Estado de São Paulo – SIMPGEO-SP. Rio Claro:UNESP, 2008.

BRASIL, Luciana Rodrigues; ARAÚJO, Kleber Teixeira Dantas de.; SILVEIRA, Suzana Schott da.; BARRETO, Cintia dos Reis. Retratos de Ponta Negra: Um Esboço do seu Futuro. In: _____. X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. São Luis, 2008.11p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A (re) produção do espaço urbano. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. 271p.

CAVALCANTI, Agostinho; VIADANA, Adler Guilherme. Organização do espaço e análise da paisagem. Rio Claro, SP: UNESP, 2007. 107 p.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 01 de Fevereiro de 2012.

FURTADO, Edna Maria. A onda do turismo na cidade do sol. Natal, RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2008. 188 p.

PMN/SEMURB. PREFEITURA DE NATAL. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB. Anuário Natal 2007. Natal (RN): SEMURB, 2007. 389 p.

PMN/SEMURB. PREFEITURA DE NATAL. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB. Anuário Natal 2009. Natal (RN): SEMURB, 2009. 402 p.

ROLNIK, Raquel. O que é cidade. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção primeiros passos, 203).

SALGUEIRO, Teresa Barata. Espacialidades e temporalidades urbanas. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (Orgs.). Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p. 99-104.

SOUZA, Itamar de. Nova história de Natal. 2.ed. Revista e atualizada. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2008.

VIADANA, A. G. A Excursão geográfica didática: Pontal do Triângulo Minério. Rio Claro/SP: LPM/IGCE, 2005.

Contato com o autor: anaufnrn@yahoo.com.br

Recebido em: 29/04/2011

Aprovado em: 27/06/2011